

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	16
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	58
--	----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	61
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	62
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	63
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	673.588
Preferenciais	0
Total	673.588
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	843.731	0
1.02	Ativo Não Circulante	843.731	0
1.02.02	Investimentos	843.731	0
1.02.02.01	Participações Societárias	843.731	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	843.731	0
2.01	Passivo Circulante	125.479	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	125.479	0
2.02	Passivo Não Circulante	38.534	0
2.02.02	Outras Obrigações	38.534	0
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	38.534	0
2.03	Patrimônio Líquido	679.718	0
2.03.01	Capital Social Realizado	673.588	0
2.03.04	Reservas de Lucros	6.130	0
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	6.130	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	26.438	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	26.438	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	26.438	0
3.06	Resultado Financeiro	-3.039	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.039	0
3.06.02.01	Despesas financeiras	-1.159	0
3.06.02.02	Variações cambiais, líquidas	-1.880	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	23.399	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	23.399	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	23.399	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	2,779	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	2,779	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	23.399	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	23.399	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	23.399	0
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-26.438	0
6.01.01.07	Juros e variações cambiais, líquidos	3.039	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	397.390	9.703	27.398	0	214.179	648.670
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	397.390	9.703	27.398	0	214.179	648.670
5.04	Transações de Capital com os Sócios	276.198	-9.703	-27.398	-17.267	-214.179	7.651
5.04.06	Dividendos	0	0	-23.862	0	0	-23.862
5.04.08	Adequação da estrutura de capital para reorganização societária	-397.390	-9.703	-3.536	-17.267	-214.179	-642.075
5.04.09	Integralização de acervo líquido na reorganização de capital	673.588	0	0	0	0	673.588
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	23.397	0	23.397
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	23.397	0	23.397
5.07	Saldos Finais	673.588	0	0	6.130	0	679.718

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	542.855	9.703	0	-2.104	215.337	765.791
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	542.855	9.703	0	-2.104	215.337	765.791
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-145.465	0	0	186	-186	-145.465
5.04.08	Redução de capital para compensação de prejuízos acumulados	-145.465	0	0	0	0	-145.465
5.04.09	Realização do custo atribuído	0	0	0	186	-186	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	33.170	0	33.170
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	33.170	0	33.170
5.07	Saldos Finais	397.390	9.703	0	31.252	215.151	653.496

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	26.438	0
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	26.438	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	26.438	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	26.438	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.039	0
7.08.03.01	Juros	3.039	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	23.399	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	23.399	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	941.907	752.607
1.01	Ativo Circulante	48.807	43.065
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.816	34.198
1.01.03	Contas a Receber	4.876	403
1.01.03.01	Clientes	4.478	5
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	398	398
1.01.04	Estoques	35.274	1.815
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.768	6.564
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	73	85
1.01.08.03	Outros	73	85
1.01.08.03.02	Outros ativos	73	85
1.02	Ativo Não Circulante	893.100	709.542
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	25.201	80.438
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	25.201	80.438
1.02.01.10.03	Tributos a recuperar	25.182	25.182
1.02.01.10.04	Partes relacionadas	0	55.237
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais	19	19
1.02.02	Investimentos	9.763	0
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	9.763	0
1.02.03	Imobilizado	857.406	629.104
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	857.406	629.104
1.02.04	Intangível	730	0
1.02.04.01	Intangíveis	730	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	941.907	752.607
2.01	Passivo Circulante	156.162	9.501
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	128.380	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	128.380	0
2.01.05	Outras Obrigações	27.782	9.501
2.01.05.02	Outros	27.782	9.501
2.01.05.02.06	Tributos Parcelados	295	1.114
2.01.05.02.08	Títulos a pagar	2.716	433
2.01.05.02.13	Dividendos a pagar	24.771	7.954
2.02	Passivo Não Circulante	106.027	94.436
2.02.02	Outras Obrigações	811	2.843
2.02.02.02	Outros	811	2.843
2.02.02.02.06	Tributos Parcelados	397	2.429
2.02.02.02.10	Títulos a pagar	414	414
2.02.03	Tributos Diferidos	104.910	91.295
2.02.04	Provisões	306	298
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	306	298
2.02.04.01.06	Provisão para Contingências	306	298
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	679.718	648.670
2.03.01	Capital Social Realizado	673.588	397.390
2.03.01.01	Capital Social	673.588	397.390
2.03.02	Reservas de Capital	0	9.703
2.03.02.07	Reservas de capital	0	9.703
2.03.04	Reservas de Lucros	6.130	27.398
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	6.130	27.398
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	214.179

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	38.192	43.515
3.01.01	Receita líquida de vendas	4.500	1.785
3.01.02	Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas	33.692	41.730
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-65	-39
3.02.01	Custos dos Produtos Vendidos	-65	-39
3.03	Resultado Bruto	38.127	43.476
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.650	1.192
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-651	-572
3.04.02.01	Gerais e administrativas, incluindo armazenagem	-651	-572
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	2.301	1.764
3.04.05.03	Outras receitas (despesas), líquidas	2.301	1.764
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	39.777	44.668
3.06	Resultado Financeiro	-2.763	5.589
3.06.01	Receitas Financeiras	221	5.967
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.984	-378
3.06.02.01	Despesas financeiras	-1.104	-378
3.06.02.02	Variações cambiais, líquidas	-1.880	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	37.014	50.257
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-13.615	-17.087
3.08.02	Diferido	-13.615	-17.087
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	23.399	33.170
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	23.399	33.170
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	23.399	33.170

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	23.399	33.170
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	23.399	33.170
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	23.399	33.170

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	5.237	7.068
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	6.958	9.025
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	37.014	50.257
6.01.01.03	Depreciações e Amortizações	417	292
6.01.01.04	Resultado na venda e baixas de bens do imobilizado	28	0
6.01.01.07	Juros e variações cambiais, líquidos	3.170	8
6.01.01.09	Provisão para demandas judiciais	0	10
6.01.01.13	Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	-33.692	-41.730
6.01.01.18	Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de recebíveis	21	188
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-258	-1.957
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-347	-225
6.01.02.02	Estoques	777	-4.890
6.01.02.04	Tributos a Recuperar	-692	-904
6.01.02.05	Títulos a Receber	2	2.190
6.01.02.10	Outros ativos	12	185
6.01.02.13	Outros Passivos	-10	1.687
6.01.03	Outros	-1.463	0
6.01.03.02	Juros pagos	-1.463	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-36.481	-7.436
6.02.01	Aplicações Financeiras	-35.746	-7.435
6.02.03	Aquisição de imobilizado	0	-1
6.02.06	Aquisição de Intangível	-735	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.138	-32
6.03.05	Amortização de empréstimos e financiamentos	-1.065	0
6.03.14	Pagamento tributos parcelados	-73	-32
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-32.382	-400
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	34.198	426
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.816	26

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	397.390	9.703	27.398	0	214.179	648.670	0	648.670
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	397.390	9.703	27.398	0	214.179	648.670	0	648.670
5.04	Transações de Capital com os Sócios	276.198	-9.703	-27.398	-17.267	-214.179	7.651	0	7.651
5.04.06	Dividendos	0	0	-23.862	0	0	-23.862	0	-23.862
5.04.08	Adequação da estrutura de capital para reorganização societária	-397.390	-9.703	-3.536	-17.267	-214.179	-642.075	0	-642.075
5.04.09	Integralização de acervo líquido na reorganização de capital	673.588	0	0	0	0	673.588	0	673.588
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	23.397	0	23.397	0	23.397
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	23.397	0	23.397	0	23.397
5.07	Saldos Finais	673.588	0	0	6.130	0	679.718	0	679.718

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	542.855	9.703	0	-2.104	215.337	765.791	0	765.791
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	542.855	9.703	0	-2.104	215.337	765.791	0	765.791
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-145.465	0	0	186	-186	-145.465	0	-145.465
5.04.08	Redução de capital para compensação de prejuízos acumulados	-145.465	0	0	0	0	-145.465	0	-145.465
5.04.09	Realização do custo atribuído	0	0	0	186	-186	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	33.170	0	33.170	0	33.170
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	33.170	0	33.170	0	33.170
5.07	Saldos Finais	397.390	9.703	0	31.252	215.151	653.496	0	653.496

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
7.01	Receitas	38.288	45.391
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.500	2.121
7.01.02	Outras Receitas	33.809	43.458
7.01.02.01	Outras Receitas	117	1.943
7.01.02.03	Valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	33.692	41.730
7.01.02.05	Abatimentos e devolução de vendas	0	-215
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-21	-188
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	1.958	-256
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-182	-102
7.02.04	Outros	2.140	-154
7.02.04.06	Outras despesas	2.140	-154
7.03	Valor Adicionado Bruto	40.246	45.135
7.04	Retenções	-417	-292
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-417	-292
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	39.829	44.843
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	297	5.967
7.06.02	Receitas Financeiras	297	5.967
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	40.126	50.810
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	40.126	50.810
7.08.01	Pessoal	17	31
7.08.01.01	Remuneração Direta	13	29
7.08.01.02	Benefícios	3	1
7.08.01.03	F.G.T.S.	1	1
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	13.650	17.233
7.08.02.01	Federais	13.618	17.182
7.08.02.02	Estaduais	31	38
7.08.02.03	Municipais	1	13
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.060	376
7.08.03.01	Juros	3.060	350
7.08.03.03	Outras	0	26
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	23.399	33.170
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	23.399	33.170

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

TS Agro S.A.

Demonstrações Financeiras de 31 de março de 2021



Comentário do Desempenho

1 AOS ACIONISTAS

Atendendo às disposições legais, a Administração da TS Agro ou “Companhia” – tem a satisfação de apresentar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Intermediárias individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021. As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)).

2 SOBRE A TS AGRO S.A.

A TS Agro S.A. (“Companhia” ou “TS Agro”) é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como atividade operacional a (i) participação em outras pessoas jurídicas ou sociedades de qualquer espécie na qualidade de sócio ou acionista; (ii) participação em bens imóveis próprios; (iii) desenvolvimento de atividades de assessoria em gestão empresarial.

A Companhia foi criada em 11 de janeiro de 2021 e tem como objetivo viabilizar a reorganização societária da sua controladora Terra Santa Agro S.A. (“Controladora” ou “TESA”). Nessa reorganização, a Companhia passou a deter 100% das ações da TS Brasil S.A. (“TS Brasil”) que, em conjunto com a Companhia constituem o “Grupo”.

Em 31 de março de 2021, as operações do Grupo compreendem a gestão de terras equivalentes a 39.326 hectares de área útil (em 2020 – 39.326 hectares), em conjunto com as benfeitorias (galpões, alojamentos, armazéns, algodozeiras e outras acessões físicas), exploradas mediante contrato de parceria agrícola junto à Controladora com a partilha dos riscos e frutos apurados e posterior comercialização dos produtos agrícolas.

3 MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A TS Agro S.A. (“Companhia”), cujas informações consolidadas históricas correspondem às informações financeiras da TS Brasil S.A. (“TS Brasil”), apresenta a seguir as principais informações correspondentes ao 1º trimestre de 2021.

O 1º trimestre de 2021 é marcado pela conclusão da colheita de soja e início do faturamento desta cultura.

A safra de soja 2020/21 foi impactada pela queda na produtividade verificada pela soja, quando comparada às últimas safras do Grupo. A redução da produtividade foi fruto de uma combinação de fatores, como (i) atraso das chuvas em setembro de 2020, o que acabou impossibilitando o plantio da soja conforme o projetado e (ii) condições climáticas desfavoráveis no início do ciclo da cultura.

O impacto da queda de produtividade pode ser percebida no resultado da Grupo, que foi compensado parcialmente pelos maiores preços de venda registrados. Apenas do faturamento ser baixo neste trimestre, a rubrica “produto agrícola” reflete este cenário.

Comentário do Desempenho

No 1T21, o Grupo registrou um lucro bruto de R\$ 38,1 milhões, com margem bruta de 99,8%, contra um lucro bruto de R\$ 43,5 milhões e margem bruta de 99,9% verificado no 1T20. Além do lucro bruto positivo, o Grupo encerrou o trimestre tendo apresentado um lucro líquido de R\$ 22,6 milhões contra um lucro líquido de R\$ 33,2 milhões no 1T20, valor 31,9% inferior.

É importante ressaltar que, em 26 de novembro de 2020, foi celebrado Memorando de Entendimento não Vinculante entre Terra Santa e a SLC Agrícola, visando uma combinação de negócios, na qual a SLC Agrícola adquire a operação agrícola da Terra Santa, excluindo as terras e as benfeitorias da Companhia, mediante incorporação das ações da Terra Santa, de acordo com os artigos 252, 224 e 225 da Lei nº 6.404/76 (“Incorporação de Ações” ou “Operação”).

A transação foi aprovada pelo CADE em 7 de janeiro de 2021 e em 25 de março de 2021 foi assinado o Acordo de Associação e outras avenças, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a implementação da referida combinação dos negócios.

As terras, que totalizam 39.326 hectares de área útil, em conjunto com as benfeitorias (galpões, alojamentos, armazéns, algodozeiras e outras acessões físicas) serão exploradas pela TS Brasil mediante arrendamento para a Terra Santa por um prazo inicial de 20 anos, pelo preço de 17 sacas de soja por hectare por ano, a serem renegociados a cada 3 anos, além de um pagamento inicial de R\$ 70 milhões que compõe o preço do arrendamento.

Para a consecução da reorganização societária e operação do novo negócio de arrendamento de terras, foi constituída a Companhia, que será registrada na CVM.

Por fim, a Administração está otimista com a capacidade da Companhia em gerar resultados operacionais no longo prazo e, com isso, melhorar seu nível de desempenho.

4 DESEMPENHO FINANCEIRO

RECEITA LÍQUIDA

No 1T21, a receita líquida dos produtos vendidos apresentou desempenho 152,1% superior em comparação ao 1T20 como principal reflexo o maior volume comercializado de soja.

Abaixo segue um quadro comparativo da composição da receita líquida dos produtos da Companhia no 1T21 comparado com o mesmo período do ano anterior.

(R\$ Mil)	1T21	1T20	Var. %
Receita Líquida	38.192	43.515	-12,2%
Receita Líquida dos Produtos	4.500	1.785	152,1%
Soja	4.500	1.161	287,6%
Outros ⁽¹⁾	-	624	-

Comentário do Desempenho

VALOR JUSTO DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS

No 1T21 o saldo de estoque para a marcação do valor justo dos produtos agrícolas totalizou R\$ 33,7 milhões contra um valor de R\$ 41,7 milhões no 1T20.

Os preços considerados no cálculo do valor justo dos produtos agrícolas determinam que a mensuração seja feita pelo valor líquido realizável (descontados os tributos, fretes, custos portuários, comissões, etc.) ou seja, considerando os volumes vendidos ao preço comercializado e o saldo restante a preço de mercado.

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

No 1T21, o CPV dos Produtos apresentou aumento de 66,7%, equivalente a R\$ 65 mil, influenciado pelo aumento de volume faturado, comparativamente à igual período do ano anterior.

(R\$ Mil)	1T2021	1T2020	Var. %
Custo dos Produtos Vendidos	(65)	(39)	66,7%
CPV Produtos	(65)	(39)	66,7%
Soja	(65)	(39)	66,7%

(1) Revenda de produtos

LUCRO BRUTO

No 1T21 o Lucro bruto da Companhia totalizou R\$ 38,1 milhões, com margem bruta de 99,8%, contra um lucro bruto de R\$ 43,5 milhões e margem bruta de 99,9% verificado no 1T19.

Demonstração de Resultados (R\$ Mil)	1T21	1T20	Var. %
Receita Líquida	38.192	43.515	-12,2%
Receita Líquida dos Produtos	4.500	1.785	152,1%
Hedge Accounting	-	-	-
Avaliação do Ativo Biológico Apropriado à Receita	33.692	41.730	-19,3%
Produto Agrícola Apropriado à Receita	-	-	-
Custos de Produtos Vendidos	(65)	(39)	66,7%
CPV Produtos	(65)	(39)	66,7%
Realização Ativo Biológico Apropriado ao Custo	-	-	-
Lucro Bruto	38.127	43.476	-12,3%
Margem Bruta	99,8%	99,9%	-0,1 p.p.

O resultado bruto positivo registrado no período é fruto do faturamento da soja e da marcação do produto agrícola da soja, que mesmo com queda nas produtividades quando comparada às safras anteriores, sofreu impacto positivo do preço médio em reais, que sofre impacto direto da desvalorização cambial.

Comentário do Desempenho

DESPESAS OPERACIONAIS

No 1T21, o Grupo registrou despesas operacionais de R\$ 1,1 milhão ante a uma receita financeira de R\$ 1,2 milhão, impactada pela linha de outras receitas (despesas) operacionais no valor de R\$ 17 milhão.

Demonstração de Resultados (R\$ Mil)	1T21	1T20	Var. %
Receitas e Despesas Operacionais	(1.128)	1.192	-
Gerais, Administrativas	(651)	(572)	13,8%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(477)	1.764	-

RESULTADO FINANCEIRO

No 1T21, apresentamos um resultado financeiro negativo positivo de R\$ 2,8 milhões, contra um resultado financeiro líquido positivo de R\$ 5,6 milhões verificado no 1T20.

Demonstração de Resultados (R\$ Mil)	1T21	1T20	Var. %
Resultado Financeiro	(2.765)	5.589	-
Receita Financeira	221	5.967	-96,3%
Despesa Financeira	(1.106)	(378)	192,6%
Variação Cambial	(1.880)	-	-

No 1T21, as receitas financeiras atingiram R\$ 221 mil ante R\$ 5,9 milhões em no 1T20.

As despesas financeiras, por sua vez, totalizaram R\$ 1,1 milhão no 1T21 ante aos R\$ 378 mil registrados no mesmo período do ano anterior, redução substancialmente representada por variações monetárias.

No 1T21, a Companhia registrou variação cambial de R\$ 1,9 milhões, enquanto que no 1T20 não houve impacto nesta conta.

RESULTADO LÍQUIDO

No 1T21, a Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 22,6 milhões ante um lucro líquido de R\$ 33,2 milhões no 1T20.

Comentário do Desempenho

Demonstração de Resultados (R\$ Mil)	1T21	1T20	Var. %
Lucro Antes do IR e CS	34.234	50.257	-31,9%
<i>Margem do Lucro Antes do IR e CS</i>	<i>89,6%</i>	<i>115,5%</i>	<i>-25,9 p.p.</i>
IR e CSLL	(11.637)	(17.087)	-31,9%
Impostos Correntes			-
Impostos Diferidos	(11.637)	(17.087)	-31,9%
Lucro líquido do período	22.597	33.170	-31,9%
<i>Margem Líquida</i>	<i>59,2%</i>	<i>76,2%</i>	<i>-17,0 p.p.</i>

GERAÇÃO DE CAIXA

A geração de caixa operacional foi positiva em R\$ 5,2 milhões no 1T21, respectivamente, contra a geração de caixa operacional positiva de R\$ 7,1 milhões no 1T20.

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais (R\$ Mil)	1T21	1T20
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	34.234	50.257
Ajustes do resultado que não afetam o caixa	(30.056)	(41.232)
Variações das contas patrimoniais operacionais	2.522	(1.957)
Juros pagos	(1.463)	-
Geração de caixa operacional	5.237	7.068

5 REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

A Companhia foi constituída no contexto da reorganização societária da sua controladora Terra Santa Agro S.A., a qual está sendo conduzida por seus acionistas para viabilizar a venda da operação agrícola da Controladora para a SLC Agrícola S.A. ("SLC"), conforme fato relevante divulgado ao mercado em 26 de novembro de 2020. As terras e benfeitorias localizadas nessas terras, pertencentes à Companhia por intermédio da sua controlada TS Brasil S.A., não serão parte dessa transação de venda.

Como resultado dessa reorganização, a Companhia será registrada no Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) e fará a gestão das referidas terras e benfeitorias. Os acionistas da Companhia, quando da finalização da reorganização, serão os mesmos acionistas da Controladora, mantendo também a mesma estrutura de controle.

Essa reorganização societária inclui os seguintes passos já executados ou em execução na data de aprovação dessas demonstrações financeiras intermediárias:

- Em 26 de novembro de 2020, foi celebrado Memorando de Entendimento entre a Controladora e a SLC ("Memorando"), não vinculante, visando uma combinação de negócios entre as empresas, objetivando a aquisição da operação agrícola da Controladora pela SLC por incorporação. O Memorando também esclarece que as terras e benfeitorias não serão envolvidas nessa transação;

Comentário do Desempenho

- Em 7 de janeiro de 2021 essa transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") e, em 25 de março de 2021 foi assinado o Acordo de Associação e Outras Avenças ("Acordo"), por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a implementação da referida combinação dos negócios;
- Em 11 de janeiro de 2021, a Companhia foi constituída com capital social subscrito de R\$ 500,00 (quinhentos reais), representado por 500 (quinhentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo R\$ 200,00 (duzentos reais) já integralizados; e
- Em 31 de março de 2021, a Controladora integralizou, na Companhia, acervo líquido representado pelos seguintes ativos e passivos, avaliados em R\$ 673.588, conforme custo contábil, com a emissão de 673.588.731 ações da Companhia. O acervo líquido integralizado é como segue:

Investimento na TS Brasil S.A.	642.075
Mais valia das terras	192.487
Dívida financeira	(122.516)
Mútuo com parte relacionada	<u>(38.458)</u>
Total do aporte	<u><u>673.588</u></u>

Após 31 de março de 2021, mas anteriormente a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, a Controladora obteve a anuência das instituições financeiras para a transferência das dívidas financeiras que compõem o referido acervo líquido, conforme determinado em cláusulas restritivas dos contratos finados entre a Controladora e as referidas instituições financeiras.

A administração estima que o registro da Companhia como empresa pública no Novo Mercado ocorrerá em 30 de junho de 2021. Nessa oportunidade, o Acordo prevê, entre outros aspectos, os seguintes eventos julgados relevantes pela administração para fins de divulgação nessas demonstrações financeiras intermediárias históricas e que serão confirmados apenas na data de fechamento da operação, estimada para 1º de julho de 2021:

- Redução do capital da Controladora com a entrega das ações da Companhia para os seus acionistas, a qual está sujeita a confirmação em 60 dias, correspondente ao prazo de oposição de credores;
- Formalização de contrato de arrendamento das terras e benfeitorias controladas pela Companhia para a Terra Santa Agro S.A. por um prazo de 20 anos, pelo preço de 17 sacas de soja por hectare por ano, a serem renegociados a cada 3 anos, além de um pagamento inicial de R\$ 70.000, á título de adiantamento; e
- Reconhecimento, na Companhia, dos direitos e obrigações apurados pela Controladora com base nas operações realizadas até a data da efetiva transferência de controle da operação agrícola para a SLC, conforme Acordo.

Comentário do Desempenho

6 REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Foi aprovado, em Reunião do Conselho de Administração de 2021, a declaração de dividendos intercalares no montante total de R\$ R\$ 37.455.828,99 (trinta e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e vinte e oito reais e noventa e nove centavos), conforme declarados pela Diretoria da Companhia com base no balanço datado de 31 de dezembro de 2020, tendo tal declaração sido realizada mediante utilização de R\$ 37.455.828,99 (trinta e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e vinte e oito reais e noventa e nove centavos). Os dividendos intercalares ora declarados serão imputados integralmente ao dividendo mínimo obrigatório a ser distribuído pela Companhia referente ao exercício social de 2020, e serão pagos aos acionistas em até 31 de dezembro de 2021.

7 AUDITORIA INDEPENDENTE

Ao longo do primeiro trimestre de 2021, em atendimento à instrução nº CVM 381/03, informamos que a PwC Auditores Independentes prestou exclusivamente serviços de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o período findo em 31 de março de 2021.

Notas Explicativas

1 Informações gerais

1.1 Atividades operacionais

A TS Agro S.A. ("Companhia" ou "TS Agro") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede administrativa na cidade de São Paulo - SP, Praça General Gentil Falcão, 108, Cj. 81, Sala 04, 8º andar, Bairro Cidade Monções e tem como atividade operacional a (i) participação em outras pessoas jurídicas ou sociedades de qualquer espécie na qualidade de sócio ou acionista; (ii) participação em bens imóveis próprios; (iii) desenvolvimento de atividades de assessoria em gestão empresarial.

A Companhia foi criada em 11 de janeiro de 2021 e, conforme mencionado na Nota 1.2 – Reorganização Societária, tem como objetivo viabilizar a reorganização societária da sua controladora Terra Santa Agro S.A. ("Controladora" ou "TESA"). Nessa reorganização, a Companhia passou a deter 100% das ações da TS Brasil S.A. ("TS Brasil") que, em conjunto com a Companhia constituem o "Grupo".

Em 31 de março de 2021, as operações do Grupo compreendem a gestão de terras equivalentes a 39.326 hectares de área útil (em 2020 – 39.326 hectares), em conjunto com as benfeitorias (galpões, alojamentos, armazéns, algodozeiras e outras acessões físicas), exploradas mediante contrato de parceria agrícola junto à Controladora com a partilha dos riscos e frutos apurados e posterior comercialização dos produtos agrícolas.

1.2 Reorganização societária

A Companhia foi constituída no contexto da reorganização societária da sua controladora Terra Santa Agro S.A., a qual está sendo conduzida por seus acionistas para viabilizar a venda da operação agrícola da Controladora para a SLC Agrícola S.A. ("SLC"), conforme fato relevante divulgado ao mercado em 26 de novembro de 2020. As terras e benfeitorias localizadas nessas terras, pertencentes à Companhia por intermédio da sua controlada TS Brasil S.A., não serão parte dessa transação de venda.

Como resultado dessa reorganização, a Companhia será registrada no Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) e fará a gestão das referidas terras e benfeitorias. Os acionistas da Companhia, quando da finalização da reorganização, serão os mesmos acionistas da Controladora, mantendo também a mesma estrutura de controle.

Essa reorganização societária inclui os seguintes passos já executados ou em execução na data de aprovação dessas demonstrações financeiras intermediárias:

- Em 26 de novembro de 2020, foi celebrado Memorando de Entendimento entre a Controladora e a SLC ("Memorando"), não vinculante, visando uma combinação de negócios entre as empresas, objetivando a aquisição da operação agrícola da Controladora pela SLC por incorporação. O Memorando também esclarece que as terras e benfeitorias não serão envolvidas nessa transação;
- Em 7 de janeiro de 2021, essa transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") e, em 25 de março de 2021 foi assinado o Acordo de Associação e Outras Avenças ("Acordo"), por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a implementação da referida combinação dos negócios (Nota 1.3);
- Em 11 de janeiro de 2021, a Companhia foi constituída com capital social subscrito de R\$ 500,00 (quinhentos reais), representado por 500 (quinhentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo R\$ 200,00 (duzentos reais) já integralizados; e
- Em 31 de março de 2021, a Controladora integralizou, na Companhia, acervo líquido representado pelos seguintes ativos e passivos, avaliados em R\$ 673.588, conforme custo contábil, com a emissão de 673.588.731 ações da Companhia. O acervo líquido integralizado é como segue:

Notas Explicativas

Investimento na TS Brasil S.A.	642.075
Mais valia das terras	192.487
Dívida financeira	(122.516)
Mútuo com parte relacionada	<u>(38.458)</u>
Total do aporte	<u>673.588</u>

A administração estima que o registro da Companhia como empresa pública no Novo Mercado ocorrerá em 30 de junho de 2021. Nessa oportunidade, o Acordo prevê, entre outros aspectos, os seguintes eventos julgados relevantes pela administração para fins de divulgação nessas demonstrações financeiras intermediárias históricas e que serão confirmados apenas na data de fechamento da operação, estimada para 1º de julho de 2021:

- Redução do capital da Controladora com a entrega das ações da Companhia para os seus acionistas, a qual está sujeita a confirmação em 60 dias, correspondente ao prazo de oposição de credores;
- Formalização de contrato de arrendamento das terras e benfeitorias controladas pela Companhia para a Terra Santa Agro S.A. por um prazo de 20 anos, pelo preço de 17 sacas de soja por hectare por ano, a serem renegociados a cada 3 anos, além de um pagamento inicial de R\$ 70.000, á título de adiantamento; e
- Reconhecimento, na Companhia, dos direitos e obrigações apurados pela Controladora com base nas operações realizadas até a data da efetiva transferência de controle da operação agrícola para a SLC, conforme Acordo (Nota 1.3).

1.3 Ativos e passivos decorrentes do Acordo de Associação e Outras Avenças

A Companhia, no âmbito do Acordo firmado com a SLC, conjuntamente com a TESA, estabeleceu a obrigação, irrevogável e incondicional, de indenizar, defender e manter indene a SLC e a TESA, após a data de fechamento da transação, decorrente de perdas provenientes do período anterior à data de fechamento, definida como a data da implementação e efetivação da combinação de negócios entre a TESA e SLC.

Nos termos do Acordo, entende-se como perda indenizável todo e qualquer ato, fato, omissão ou evento relacionado à TESA, suas controladas e afiliadas, independentemente de conhecimento ou não, bem como quaisquer contingências relacionadas aos ativos adquiridos pela SLC nessa combinação de negócios. Consigna-se, ainda, que o dever de indenizar da Companhia se limitará ao valor agregado de R\$ 250 milhões, observadas as exceções previstas no Acordo.

Adicionalmente, também nos termos do Acordo, se convencionou a obrigação de indenização pela SLC para com a Companhia, contra toda e qualquer perda decorrente de ou relacionadas a qualquer declaração falsa ou violação de garantia ou não satisfação ou descumprimento, pela SLC, de qualquer obrigação ou acordo contidos no Acordo. Assevera-se, igualmente, que o dever de indenizar da SLC também se limitará ao valor de R\$ 250.000, observadas as exceções previstas no Acordo.

O Acordo também determina que a TESA manterá o registro contábil, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis, de determinados ativos e passivos em suas demonstrações financeiras, os quais compreendem provisão para contingências classificadas como perda provável, créditos tributários, títulos a pagar e a receber, entre outros ativos, passivos e teses jurídicas materializadas ou não. Esses direitos e obrigações não estão sujeitos aos limites de indenização mencionados anteriormente, e serão repassados ou cobrados da Companhia no mesmo momento que forem monetizados ou liquidados pela TESA. Na data de aprovação dessas demonstrações financeiras, esses direitos e obrigações são estimados nos seguintes montantes:

Notas Explicativas

Direitos (obrigações)

Títulos a receber	14.839
Tributos a recuperar	62.334
Outros ativos	4.436
Depósitos judiciais	6.152
Propriedades para investimentos	3.532
Títulos a pagar	(8.613)
Provisão para contingências	(27.784)
	<u>54.896</u>

1.4 Situação financeira da Companhia

Em 31 de março de 2021, a Companhia e o Grupo apresentaram capital circulante líquido negativo em R\$ 125.479 e R\$ 107.355 respectivamente, substancialmente representados por contratos de financiamento que foram reclassificados do passivo não circulante para o passivo circulante em razão do descumprimento de cláusulas restritivas existentes nos contratos de financiamento da Companhia e da Controladora. As referidas cláusulas restritivas determinam que a Controladora, contratante desses financiamentos, obtenha a anuência formal das referidas instituições financeiras para a realização de determinadas operações, as quais incluem a reorganização societária em andamento.

Na data da aprovação dessas demonstrações financeiras, a Controladora já obteve a anuência formal das referidas instituições financeiras concordando com a não exigibilidade imediata dessas obrigação no contexto da reorganização societária da TS Agro. A administração da Companhia avaliou os documentos obtidos e, em conjunto com o seu departamento jurídico, concluiu que não há qualquer obrigação de liquidação antecipada desses contratos e, dessa forma, está mantido o equilíbrio do seu capital circulante líquido para a liquidação de suas obrigações durante os próximos doze meses.

Considerando que as anuências formais dessas instituições financeiras foram obtidas em data subsequente à data base dessas demonstrações financeiras intermediárias, em 31 de março de 2021, em atendimento ao CPC 26/ IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Companhia classificou a totalidade desses financiamentos no passivo circulante, nos montantes de R\$ 125.479 e R\$ 128.380, na Companhia e no Grupo, respectivamente.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Companhia foi constituída no contexto da reorganização societária da TESA e não configura um negócio nos termos do CPC 15/ IFRS – Combinação de negócios e, portanto, a integralização das ações da TS Brasil S.A. na Companhia não será contabilizada como uma combinação de negócios, mas sim como uma reorganização de capital. Considerando que as transações entre empresas sob controle comum, as quais compreendem a reorganização de capital, ainda não foram abordadas especificamente pelos CPCs e pelas IFRS, conforme CPC 23/ IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Administração pode também considerar as mais recentes posições técnicas assumidas por outros órgãos normatizadores contábeis que usem uma estrutura conceitual semelhante à do CPC para desenvolver pronunciamentos de contabilidade, ou ainda, outra literatura contábil e práticas geralmente aceitas do setor, até o ponto em que estas não entrem em conflito com as fontes enunciadas no parágrafo 11 do CPC 23/ IAS 8.

Nesse contexto, conforme descrito na Nota 3.2 (b), por tratar-se de uma reorganização de capital, as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia estão sendo apresentadas considerando os registros contábeis históricos da empresa existente (TS Brasil S.A.), aplicando a prática contábil do custo precedente, e que refletem a substância econômica das operações consolidadas da Companhia como se ela já existisse desde o início dos períodos apresentados.

Notas Explicativas

Dessa forma, as demonstrações financeiras consolidadas intermediárias da Companhia em 31 de março de 2021 e 2020, bem como o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020, consideram as informações financeiras da TS Brasil S.A., a qual foi integralizada na Companhia em 31 de março de 2021 (Nota 1.2).

A preparação de demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras intermediárias, estão divulgadas na Nota 3.

A Companhia opera no segmento agrícola e a administração considera como uma única unidade de negócio. As operações da Companhia são controladas, gerenciadas e monitoradas pela administração de forma integrada.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras intermediárias.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

Em 15 de junho de 2021, foi autorizada pela administração da Companhia e pelo Conselho de Administração a nova emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias do período findo em 31 de março (vide item 2 (c) abaixo).

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

(c) Reemissão das demonstrações financeiras

A administração da Companhia emitiu, em 12 de maio de 2021, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o arquivamento no processo de pedido de registro inicial de companhia aberta.

No processo de revisão dessas demonstrações financeiras, após a referida emissão, foi verificada a necessidade de complementar as divulgações referentes às condições de operações com parte relacionada, apresentadas na Nota 10.2.

Em 15 de junho de 2021, a emissão das demonstrações financeiras ajustadas foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

Notas Explicativas

2.1 Base de consolidação e investimentos em controladas

Em 31 de março de 2021, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

As demonstrações financeiras consolidadas intermediárias comparativas, correspondem às demonstrações financeiras da TS Brasil S.A., as quais estão sendo apresentadas no contexto da reorganização de capital da Controladora (Nota 3.2 (b)).

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia os resultados da controlada são reconhecidos através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras da controlada TS Brasil S.A. são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as adotadas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Em 31 de março de 2021, a Companhia detém 100% do capital social da TS Brasil S.A., sua única controlada.

2.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes alterações estão em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2021 e a sua adição não teve impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:

- **Alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 “Instrumentos Financeiros”, IFRS 4 “Contratos de Seguro e IFRS 16 “Arrendamentos”**: as alterações previstas na Fase 2 da reforma IBOR abordam questões que podem afetar as demonstrações financeiras durante a reforma de uma taxa de juros de referência, incluindo os efeitos das mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa (questões de substituição). A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2021.

Adicionalmente, as seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). Com base na avaliação da Administração, a adoção dessas normas pelo Grupo não terá impactos relevantes em suas informações contábeis.

- **Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado"**: em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.
- **Alteração ao IAS 37 “Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”**: em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
- **Alteração ao IFRS 3 “Combinação de Negócios”**: emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente.
- **Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020**: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º. de janeiro de 2022:
 - IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
 - IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
 - IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

Notas Explicativas

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

2.3.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia incluídas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as companhias atuam ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia.

2.3.2 Transações e saldos

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia, as transações em moeda estrangeira são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação.

Os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do período. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com resgate de até 90 dias da data da aplicação conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Notas Explicativas

2.5 Instrumentos financeiros

2.5.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pelo Grupo, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (a) Ativos ao valor justo por meio do resultado; (b) Ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (c) Ativos ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

(a) Ativos ao valor justo por meio do resultado

Os ativos ao valor justo por meio do resultado são ativos mantidos para negociação, quando adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (proteção) em uma contabilização de *hedge*. A metodologia para apuração do valor justo está descrito na Nota 18.

(b) Ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Quando aplicável, são incluídos nesta categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercado ativo ou não cotadas em mercado ativo, mas que possam ter os valores justos estimados razoavelmente, além dos instrumentos financeiros designados como instrumentos de *hedge* (proteção) em uma contabilização de *hedge*.

(c) Ativos ao custo amortizado

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos ao custo amortizado são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros é imaterial.

2.5.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados ao valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

2.5.3 Passivos financeiros

Os passivos financeiros do Grupo são substancialmente representados por fornecedores, empréstimos e financiamentos, títulos a pagar e tributos parcelados.

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorrido e subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período.

Notas Explicativas

2.6 Contas a receber de clientes e títulos a receber

O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Os montantes a receber de clientes são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações financeiras intermediárias.

Para os saldos de títulos a receber relativos à venda de imóveis e equipamentos o tratamento é semelhante, aplicando-se ainda, o ajuste a valor presente para as parcelas de longo prazo.

2.7 Estoques

Os estoques dos produtos agrícolas são avaliados pelo valor negociado ou de realização, considerando o preço de venda desses produtos na data das demonstrações financeiras, líquido dos esforços necessários para a sua realização, incluindo perdas estimadas, quando aplicável. Os ajustes apurados em decorrência dessa avaliação são registrados em contrapartida de "Variação do valor justo dos produtos agrícolas", no resultado do exercício.

Os demais estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, que não excede o valor líquido de realização.

O custo dos estoques está baseado no princípio do custo médio e incluem gastos incorridos na aquisição e transportes, além de gastos de entressafra, que são compostos por custos indiretos de produção que serão alocados no produto agrícola fruto da parceria com a Terra Santa Agro S.A. No caso de estoques de produtos acabados e estoques de produtos em elaboração, o custo inclui parte dos gastos gerais de fabricação, determinados com base na capacidade normal de operação.

2.8 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado da Grupo estão demonstrados ao custo de aquisição considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terras e edificações na data de transição para CPCs/ IFRS, deduzido da depreciação e amortização acumuladas e da provisão para baixa decorrente do teste de recuperação (*impairment*). São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil do Grupo. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, exceto para terras que não são depreciadas (Nota 13), de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados e ajustados, caso aplicável, ao final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, quaisquer ganhos ou perdas na baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

O ativo imobilizado consolidado inclui o custo atribuído de terras no montante de R\$ 356.179, originado na TESA, com a aquisição da Maeda, em 23 de dezembro de 2010 e, posteriormente incorporada na controlada TS Brasil S.A., e na Vanguarda Participações S.A. em 6 de setembro de 2011, o qual foi aportado na TS Brasil S.A., as quais eram mantidas sob o controle comum da TESA. Desse montante, o valor de R\$ 20.900 já está incorporado ao capital social da TS Brasil.

Notas Explicativas

2.9 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No final de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma evidência de perda não recuperável, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperado.

Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

2.10 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativas. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.11 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelas empresas do Grupo na apuração de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras intermediárias. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais possam ser usados. A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social não está limitada aos 30% dos lucros tributáveis anuais por se tratar de atividade agrícola/rural e não há data de prescrição.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral

Notas Explicativas

relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.12 Apuração do resultado e reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

O Grupo reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir.

(i) Venda de produtos

A receita com venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições são atendidas:

- O Grupo e o comprador aprovaram a transação e estão comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações
- o Grupo pode identificar os direitos de cada parte em relação aos bens a serem transferidos
- O Grupo pode identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos
- A transação possui substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato)
- É provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando todos os produtos são entregues e a propriedade legal é transferida.

O Grupo entende não haver qualquer receita decorrente da operação de parceria agrícola mantida com a sua Controladora, conforme divulgado na Nota 3.2 (a).

2.13 Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de adiantamentos de contratos de câmbio, aplicações financeiras, clientes, variação monetária e cambial ativa e passiva, e descontos obtidos de fornecedores pelo pagamento antecipado de duplicatas, conforme demonstrado na Nota 19.

2.14 Resultado por ação

Conforme o CPC 41 / IAS 33 - Resultado por Ação, o lucro líquido (prejuízo) por ação deve ser apresentado como básico e diluído (Nota 22).

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC determinam que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos créditos tributários diferidos, os quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Nesse contexto, destaca-se que as projeções de resultados futuros da Controladora, que suportam a estimativa de resultados tributáveis futuros da TS Brasil e, conseqüentemente, a manutenção dos créditos tributários diferidos. Adicionalmente, essas projeções apresentam alta sensibilidade, principalmente no que se refere às variações na taxa de câmbio e nos preços das *commodities* agrícolas e as estimativas de produtividade com as quais o Grupo trabalha.

Notas Explicativas

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3.2 Julgamento crítico na aplicação das políticas contábeis

(a) Avaliação do contrato de parceria agrícola firmado entre a TS Brasil e a TESA

A TS Brasil mantém contrato com a TESA, controladora do Grupo, para a produção agrícola, em caráter de parceira, de soja, milho e algodão, sobre o qual detém a propriedade sobre 25% da produção bruta de grãos e 13% da produção de pluma de algodão apurado com base nos frutos colhidos em cada safra, sem qualquer remuneração fixa ou variável atrelada a índice ou taxa. Nessa operação de parceria agrícola, a TS Brasil contribui com suas terras e benfeitorias para ter direito aos referidos percentuais da produção agrícola.

Na avaliação da administração, a referida operação não está sob o escopo do CPC 06 (R2)/ IFRS 16, considerando que não há qualquer remuneração pela propriedade da terra, mas sim sobre o resultado da produção agrícola cultivada em regime de parceria pura. Nesse contexto, o parceiro outorgado também não reconhece qualquer obrigação a pagar para a TS Brasil, haja vista que não controla a totalidade da produção agrícola resultante dessa parceria.

Ainda conforme a avaliação da administração, o fluxo de caixa de suas operações é originado pela venda da sua parcela na produção agrícola originada na parceria. A receita de venda da sua produção agrícola é obtida mediante transações realizadas com terceiros ou com a sua controladora, por meio de contratos firmados antes da colheita e com base na melhor estimativa de sua produção.

O entendimento do Grupo encontra respaldo nas práticas de mercado, o qual não reconhece obrigação a pagar no reconhecimento de operações de parceria agrícola pura com a total divisão dos riscos e benefícios da operação. Todavia, caso interpretasse que os frutos dessa parceria resultassem em receita de arrendamento operacional, não haveria impacto material na apresentação de suas demonstrações financeiras intermediárias, haja vista que não haveria qualquer alteração na apresentação do seu balanço patrimonial, ou ainda no momento de reconhecimento do ganho ou dos fluxos de caixa. Ademais, considerando que os estoques de produtos agrícolas são imediatamente vendidos no momento de sua colheita, a eventual apresentação dessa receita como receita de arrendamento ao invés de receita de vendas de produtos agrícolas não é relevante para a interpretação dos usuários das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia.

(b) Utilização da contabilidade de reorganização de capital para a apresentação das demonstrações financeiras históricas da Companhia

Com o objetivo de apresentar as informações financeiras históricas da Companhia, a administração julgou adequada a utilização da contabilidade de reorganização de capital, por entender que a Companhia não representa um negócio e que a sua criação como intermediária entre a Terra Santa Agro S.A. e a TS Brasil S.A. não se caracteriza como uma combinação de negócios nos termos do CPC 15/ IFRS 3 – Combinação de Negócios.

O julgamento da administração levou em consideração que essa transação está sendo realizada sob o controle comum da Terra Santa Agro S.A., no contexto da reorganização societária divulgada na Nota 1.2 e, dessa forma, os demonstrações financeira da Companhia devem ser representadas pelas demonstrações financeiras intermediárias da entidade pré-existente, e que melhor reflete a essência econômica da entidade constituída.

Notas Explicativas**4 Caixa e equivalentes de caixa (Consolidado)**

	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020
Bancos em moeda nacional	1.816	34.198
	<u>1.816</u>	<u>34.198</u>

5 Contas a receber de clientes (Consolidado)

	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020
Cientes em moeda nacional	4.696	200
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	4.696	200
	<u>(218)</u>	<u>(195)</u>
	<u>4.478</u>	<u>5</u>

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é a seguinte:

	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020
A vencer:		
Até 30 dias	4.500	5
Vencidos:		
Acima de 180 dias	196	195
	<u>4.696</u>	<u>200</u>

A Administração mantém procedimentos de cobrança para contas a receber vencidas. Vide Nota 18.8 (i). As movimentações na provisão para perdas de crédito esperadas de clientes são as seguintes:

	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020
Saldo inicial	(195)	(20)
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecida	(23)	(175)
Saldo final	<u>(218)</u>	<u>(195)</u>

A despesa com a constituição da provisão para perdas de crédito esperadas é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica "Outras receitas, líquidas".

Notas Explicativas

6 Títulos a receber (Consolidado)

	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020
Por venda de ativo fixo	420	422
(-) Provisão para <i>impairment</i>	(22)	(24)
	<u>398</u>	<u>398</u>

O *aging* dos títulos a receber é conforme segue:

	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020
Vencidos:		
De 91 a 180 dias		1
Acima de 180 dias	420	421
	<u>420</u>	<u>422</u>

As movimentações na provisão para perdas de crédito esperadas de títulos a receber são as seguintes:

	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020
Saldo inicial	(24)	(33)
Valores recuperados no exercício	2	9
Saldo final	<u>(22)</u>	<u>(24)</u>

A despesa com a constituição da provisão para perdas de crédito esperadas é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica "Outras receitas, líquidas".

7 Estoques (Consolidado)

	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020
Produtos agrícolas		
Produtos agrícolas - custos de formação	945	
Produtos agrícolas - ajuste ao valor realizável líquido (i)	33.692	
Gastos de manutenção nas entressafras (ii)	637	1.811
Outros estoques		4
	<u>35.274</u>	<u>1.815</u>

(i) Conforme mencionado na Nota 2.7, os estoques dos produtos agrícolas são avaliados pelo valor negociado ou de realização e os ajustes apurados em decorrência dessa avaliação são registrados em contrapartida de "Variação do valor justo dos produtos agrícolas", no resultado do exercício.

(ii) Os gastos nas entressafras são compostos por custos indiretos de fabricação que serão alocados no produto agrícola fruto da parceria com a Terra Santa Agro S.A.

Notas Explicativas

8 Tributos a recuperar (Consolidado)

	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020
PIS	3.601	3.600
COFINS	19.676	19.679
IRRF	10.043	9.835
CSLL	228	228
Outros tributos	2.598	2.600
(-) Provisão para impairment	(4.196)	(4.196)
	<u>31.950</u>	<u>31.746</u>
Circulante	<u>(6.768)</u>	<u>(6.564)</u>
Não circulante	<u>25.182</u>	<u>25.182</u>

O Grupo possui saldo de PIS e COFINS acumulado ao longo dos últimos exercícios proveniente, substancialmente, das saídas internas com benefício da suspensão e vendas destinadas ao mercado externo. As realizações dos créditos ocorrem de duas formas: (i) compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos; ou (ii) ressarcimento em espécie.

Não teve movimentação para *impairment* no período.

Pedidos de restituição

Em 2017, o Grupo obteve medidas liminares favoráveis relativas aos pedidos de ressarcimento de créditos de PIS e COFINS no montante principal de R\$ 28.785. O pedido de ressarcimento solicita também a incidência da taxa Selic - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - a partir da data do protocolo dos referidos pedidos até a data do efetivo pagamento.

O Grupo apresentou documentação suporte referente aos pedidos de ressarcimento e alguns destes se encontram em fase de revisão pelas autoridades fiscais. No final de 2017 e no primeiro trimestre de 2018, foram emitidos despachos decisórios parcialmente deferidos para monetização dos valores, cuja previsão para recebimento ocorrerá após a concordância das autoridades fiscais para o afastamento da compensação de ofício com demais débitos tributários. Nesse sentido, em 14 de abril de 2020, foi depositado na conta corrente da Companhia, o valor atualizado do montante deferido, com correção pela taxa SELIC – obtida via decisão judicial – de R\$ 3.983.

Adicionalmente, o Grupo mantém provisão para perdas estimadas no montante de R\$ 4.196. Todavia, entende que o direito postulado é plausível e tendo em vista a inobservância do prazo de 12 meses sem qualquer manifestação da RFB, o Grupo está avaliando as medidas cabíveis para agilizar a análise das manifestações de inconformidade por parte das autoridades fiscais. Contudo, antes mesmo de tomar tal atitude, inclusive com fulcro em acelerar análise dos pedidos, foram juntados documentos (notas fiscais e laudo técnico) e protocolados em junho e setembro de 2020, corroborando com o requerimento.

9 Tributos diferidos (Consolidado)

O Grupo utiliza a sistemática do lucro real, calculando e registrando seus tributos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

9.1 Natureza e expectativa de realização dos tributos diferidos

<u>Natureza por entidade legal</u>	<u>31 de março de 2021</u>	<u>31 de dezembro de 2020</u>
Créditos tributários sobre:		
Prejuízos fiscais acumulados	19.545	21.335
Contribuição social sobre base negativa acumulada	7.036	7.681
Diferenças temporárias:		
Provisão para impairment	820	648
Provisão para contingências/tributos com exigibilidade suspensa	103	101
Outras provisões temporárias	142	142
	<u>27.646</u>	<u>29.907</u>
Débitos tributários sobre:		
Valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	11.455	
Custo atribuído	121.101	121.202
	<u>132.556</u>	<u>121.202</u>
Tributos diferidos passivos, líquidos	<u>(104.910)</u>	<u>(91.295)</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, bem como sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo desses tributos e os valores das demonstrações financeiras intermediárias, apenas quando for provável que a Companhia e sua controlada apresentarão lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a Administração considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Quando for mais provável que uma parte ou a totalidade dos tributos não será realizada, não haverá constituição de tributos diferidos ativos e expectativa para utilização dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas. A expectativa de realização dos créditos relativos ao prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social ocorrerá de acordo com o cronograma a seguir:

	<u>Montante</u>	<u>Percentual</u>
Em 2021	26.123	98%
Em 2022	458	2%
	<u>26.581</u>	<u>100%</u>

9.2 Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

Os valores do imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período estão demonstrados como segue:

Notas Explicativas

10.2 Transações

As transações com partes relacionadas realizadas no período são como segue:

Operações	Controladora	Consolidado	
	31 de março de 2021	31 de março de 2021	31 de março de 2020
Receita bruta de mercadorias e produtos (i)		4.500	2.121
Resultado financeiro sobre saldos de mútuo (Nota 10.1 (i))	(76)	282	5.132
Aquisição de bens do ativo imobilizado (ii)		40.870	
Aquisição de ativos classificados como propriedades para investimentos (Nota 12)		9.763	

- (i) Refere-se a vendas de produtos agrícolas (soja e milho) destinadas à TESA, conforme valor de negociação dessas commodities no mercado.
- (ii) Em 28 de fevereiro de 2021, no contexto da reorganização societária divulgada na Nota 1.2, a TS Brasil firmou contrato de compra e venda de ativos com a TESA para a aquisição de ativos, substancialmente representados por benfeitorias realizadas nas propriedades agrícolas da TS Brasil. Essa operação foi realizada pelo valor residual que esses ativos estavam registrados na TESA. A Administração entende que o custo contábil é a melhor referência para o registro dessa operação, em linha com as demais transações que envolveram a referida reorganização societária. Essas operações foram liquidadas a vista com saldo de mútuo (Nota 22).

10.3 Remuneração do pessoal-chave da administração

Em 31 de março de 2021, a Companhia utiliza da estrutura de Governança Corporativa da sua Controladora, a TESA conta com Diretoria estatutária e Conselheiros Independentes. A remuneração dos administradores estão reconhecidas integralmente na Controladora e não há rateio de despesas entre as partes relacionadas.

11 Investimentos (Controladora)

11.1 Composição dos investimento

	31 de março de 2021
Investimento	649.412
Mais-valia das terras	192.486
	<u>841.898</u>

11.2 Movimentação dos investimentos de 1º de janeiro a 31 de março de 2021

	TS Brasil S.A.
Movimentação dos investimentos:	
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	
Aporte de capital social (i)	834.562
Resultado de equivalência patrimonial	9.169
Saldos em 31 de Março de 2021	<u>843.731</u>

- (i) Por meio da AGE realizada em 31 de março de 2021, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia de R\$ 500,00 (quinhentos reais), dividido em 500 (quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 673.588, dividido em 673.588.731 (seiscentas e setenta e três milhões, quinhentas e oitenta e oito mil, setecentas e trinta e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, um aumento, de R\$ 673.588, mediante a emissão de 673.588.231 (seiscentas e setenta e três milhões, quinhentas e oitenta e oito mil, duzentas e trinta e uma) novas ações, ao preço de emissão de

Notas Explicativas

R\$ 1,00 (um real) cada, com base no inciso II, § 1º do Art. 170, da Lei das S.A., as quais estão subscritas e integralizadas.

A avaliação dos bens conferidos ao capital social da Companhia foi realizado pela empresa Apsis Consultoria Empresarial Ltda., inscrita no CPNJ/ME sob o nº 08.681.365/000130, e no CRC/RJ sob o nº 005112/O-9, com sede no município do Rio de Janeiro - RJ, na Rua do Passeio, nº 62, 6º Andar, Centro, CEP: 20021-290, na data base de 28 de fevereiro de 2021 e emitido em 13 de abril de 2021.

11.3 Informações sobre investidas

Em 31 de março de 2021

	<u>Percentual de participação</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Receita líquida</u>	<u>Resultado do exercício</u>	<u>Efeito no resultado da controladora</u>
TS Brasil S.A.	100,00%	787.954	136.710	651.244	4.500	26.438	<u>26.438</u>
							<u>26.438</u>
						Resultado de equivalência patrimonial	<u><u>26.438</u></u>

O resultado de equivalência patrimonial refere-se ao resultado do trimestre apurado pela TS Brasil S.A., sendo que o montante de R\$ 17.269 foi reconhecido até 28 de fevereiro de 2021, sendo incorporado ao acervo líquido aportado na Companhia, e o valor remanescente, no montante de R\$ 7.336 refere-se ao resultado apurado em março de 2021. A demonstrações do resultado do exercício da controladora contempla o resultado do período de 3 meses, no contexto da utilização da contabilidade de reorganização de capital (Nota 3.2 (b)).

11.4 Mais valia sobre investimentos

	<u>Vida útil</u>	<u>31 de março de 2021</u>
Mais-valia das terras (i)	Indefinida	<u>192.486</u>
		<u><u>192.486</u></u>

- (i) A mais valia de terras é originária pelo valor pago nas aquisições da Maeda, em 23 de dezembro de 2010 (posteriormente incorporada na controlada TS Brasil S.A), e da Vanguarda Participações S.A. em 06 de setembro de 2011 (posteriormente incorporada pela Companhia em 23 de dezembro de 2013).

12 Propriedade para investimento (Consolidado)

Em fevereiro de 2021, a TS Brasil adquiriu da TESA, mediante instrumento particular de compra e venda, um prédio corporativo localizado na cidade de Nova Mutum – MT, o qual não é utilizado pela TS Brasil em sua operação e é mensuradas ao custo, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear. Essa propriedade é mantida pela TS Brasil com objetivo de auferir renda mediante aluguel à terceiros, até 31 de março de 2021 a TS Brasil não obteve receitas.

Notas Explicativas

13 Imobilizado (Consolidado)

13.1 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de março de 2021

Custo	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Terras para exploração	568.800	193.615		762.415
Edificações e instalações	66.705	20.237	(108)	86.834
Máquinas e equipamentos	16.071	15.144	(5.709)	25.506
Veículos	10			10
Móveis e utensílios	32		(19)	13
Imobilizações em curso		4.439		4.439
Correção de solo	44.503		(2.913)	41.590
Total	696.121	233.435	(8.749)	920.807

Depreciação (i)	Taxa média ponderada anual de depreciação	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Edificações e instalações	4%	(18.080)	(589)	79	(18.590)
Máquinas e equipamentos	7%	(4.399)	(367)	1.566	(3.200)
Veículos	5%	(9)			(9)
Móveis e utensílios	4%	(26)		14	(12)
Correção de solo	8%	(44.503)		2.913	(41.590)
Total		(67.017)	(956)	4.572	(63.401)

Saldo líquidos	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020
Terras para exploração	762.415	568.800
Edificações e instalações	68.244	48.625
Máquinas e equipamentos	22.306	11.672
Veículos	1	1
Móveis e utensílios	1	6
Imobilizações em curso	4.439	
Total	857.406	629.104

13.2 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020

Custo	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Terras para exploração	568.800			568.800
Edificações e instalações	66.705			66.705
Máquinas e equipamentos	16.068	3		16.071
Veículos	10			10
Móveis e utensílios	36		(4)	32
Correção de solo	44.503			44.503
Outros imobilizados	950		(950)	
Total	697.072	3	(954)	696.121

Notas Explicativas

Depreciação (i)	Taxa média ponderada anual de depreciação	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Edificações e instalações	5%	(16.192)	(1.888)		(18.080)
Máquinas e equipamentos	6%	(3.329)	(1.070)		(4.399)
Veículos	5%	(8)	(1)		(9)
Móveis e utensílios	4%	(23)	(3)		(26)
Correção de solo	12%	(44.503)			(44.503)
Total		(64.055)	(2.962)		(67.017)

Saldo líquidos	2020	2019
Terras para exploração	568.800	568.800
Edificações e instalações	48.625	50.513
Máquinas e equipamentos	11.672	11.722
Veículos	1	2
Móveis e utensílios	6	13
Outros immobilizados		1.967
Total	629.104	633.017

- (i) A depreciação incluída nas demonstrações dos fluxos de caixa considera os valores incorridos no resultado do período, conforme demonstrado na Nota 20. Parcela da depreciação reconhecida está alocada na rubrica de Estoques.

13.3 Imobilizado dado em garantia

Em 31 de março de 2021, os empréstimos e financiamentos do Grupo e da TESA estão garantidos por ativos imobilizados da TSBrazil no montante de R\$553.822 (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 524.747). Sendo R\$ 86.417 garantindo operações financeiras do Grupo e R\$ 467.406 da TESA (em 31 de dezembro de 2020 – R\$ 82.858 e R\$ 441.890).

14 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Indexador	Custo médio ponderado		Controladora		Consolidado	
		31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020
Moeda Nacional							
Aquisição de Imobilizado	R\$	3,50% a.a.				2.901	
Crédito à Exportação	R\$	10,09% a.a.		25.804		25.804	
Crédito Rural, Custeio e Projeto	R\$	12,51% a.a.		31.779		31.779	
		11,04% a.a.		57.583		60.484	
Moeda Estrangeira							
Crédito à Exportação	US\$ + Libor 6	6,09% a.a.		67.896		67.896	
		6,09% a.a.		67.896		67.896	
Total		8,36% a.a.		125.479		128.380	

O valor justo dos empréstimos e financiamentos se aproxima, substancialmente, dos valores apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias.

Em 31 de março de 2021, a totalidade da dívida financeira na controladora e no consolidado, foi reclassificada para o passivo circulante, conforme descrito na Nota 1.4.

No consolidado a conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento, é como segue:

Notas Explicativas

	Empréstimos e financiamentos	Tributos parcelados	Partes relacionadas	Total da dívida
Saldos em 1º de janeiro de 2021		3.543		3.543
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	(1.065)	(73)		(1.138)
(-) Amortização de passivos	(1.065)	(73)		(1.138)
Outras variações	129.445	(2.778)	38.534	165.201
(+) Atualizações juros	1.281		76	1.357
(+) Aporte de capital	127.747		38.458	166.205
(-) Amortizações juros	(1.463)			(1.463)
(+) Atualizações variação cambial	1.880			1.880
(-) Outras variações		(2.778)		(2.778)
Saldos em 31 de março de 2021	<u>128.380</u>	<u>692</u>	<u>38.534</u>	<u>167.606</u>

Na controladora não ocorreram atividades de financiamento no período findo em 31 de março de 2021.

15 Tributos parcelados (Consolidado)

	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020
ICMS	19	26
Programa de regularização de tributos (i)		2.778
Previdenciário	326	357
Outros	<u>347</u>	<u>382</u>
	692	3.543
Circulante	<u>(295)</u>	<u>(1.114)</u>
Não circulante	<u><u>397</u></u>	<u><u>2.429</u></u>

- (i) Em 31 de março de 2021, foi revertido integralmente o montante relativo ao parcelamento na Controladora. Os débitos fiscais relativos ao programa de regularização de tributos, estão provisionados em sua totalidade na Terra Santa Agro .S.A na rubrica de “Provisão para contingências” e os pagamentos começarão a ocorrer após desfecho decisório judicial necessário para efetivação do parcelamento.

Notas Explicativas

16 Provisão para contingências (Consolidado)

A Administração, com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suportada por opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, conforme demonstrado a seguir:

Causas	31 de março de 2021		31 de dezembro de 2020	
	Provisão	Valor líquido	Provisão	Valor líquido
Cíveis	306	306	298	298
Total	306	306	298	298
Depósitos judiciais (ativo não circulante)		19		19

16.1 Depósitos judiciais

Em 31 de março de 2021, a TS Brasil possui depósitos judiciais, para os quais não mantém provisão para contingências, nos montantes totais de R\$ 19 (2020 – R\$ 19).

16.2 Movimentação das provisões cuja perda é provável

(a) 1º de janeiro a 31 de março 2021

	Cíveis
Saldos em 1º de janeiro de 2021	298
Encargos financeiros no exercício	8
Saldos em 31 de março de 2021	306

(b) 1º de janeiro a 31 de dezembro 2020

	Cíveis
Saldos em 1º de janeiro de 2020	285
Novos processos e complementos	2
Liquidações no exercício	(7)
Encargos financeiros no exercício	18
Saldos em 31 de dezembro de 2020	298

16.3 Ações com perda classificada como possível

As ações abaixo apresentadas compreendem aquelas cuja estimativa de perda é possível, conforme opinião da Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, e por isso não estão provisionadas nas demonstrações financeiras intermediárias:

Notas Explicativas

Causas	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020
Tributárias	86.759	82.585
Trabalhistas	3	3
Cíveis	10.428	9.181
	<u>97.190</u>	<u>91.769</u>

a. Tributárias

As demandas tributárias classificadas com risco possível referem-se a pedidos de ressarcimento de créditos de COFINS não cumulativo; supostos recolhimentos a menor de percentual de diferencial de alíquota em operações estaduais; aproveitamento indevido de créditos de ICMS, referentes à compra de energia elétrica; indeferimentos de pedidos de compensação de créditos de IPI; ausência de declaração de valores referentes à contribuições em guias de recolhimento de FGTS e informações à Previdência Social (GFIP); supostos recolhimentos inferiores ao devido de contribuição previdenciária da agroindústria (SENAR); declarações de indêbitos de IRPJ e CSLL; suposta falta de recolhimento do IRRF sobre ganho de capital auferido sobre pessoas jurídicas em operação de incorporação de ações da Maeda S.A. posteriormente incorporada pela Companhia; autos de infrações de cobrança de contribuições previdenciárias incidentes sobre a receita bruta proveniente das exportações da produção rural de algodão e soja através de tradings e manifestações de inconformidade referentes a Pedidos Eletrônicos de Ressarcimento (PER) e Declarações de Compensação (DCOMP) para compensações de créditos presumidos de IPI; suposta taxa de fiscalização e funcionamento; suposta cobrança de ISS e taxa de alvará de abertura.

Os escritórios e advogados responsáveis classificam como perda possível em razão da jurisprudência dos tribunais regionais e superiores ainda não estar pacificada quanto aos temas, da pouca especificidade de algumas teses de defesa e, em alguns casos, poucos julgados sobre a matéria em discussão, além de precedência de *leading cases* de casos semelhantes com decisões controvertidas.

b. Cíveis

As ações judiciais cíveis com perda classificada como possível apresentam pedidos de cobrança em razão de inadimplemento contratual, cobrança de danos materiais e morais decorrentes de acidente de trânsito, execução decorrente de auto de infração ambiental e ação civil pública decorrente de supostos danos causados ao meio ambiente.

Os escritórios e advogados responsáveis classificam as ações cíveis como possíveis por conta da existência de documentos e outros meios de provas aptos a comprovar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos dos direitos dos autores, além de precedentes jurisprudenciais.

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social

A Companhia foi constituída em 11 de janeiro de 2021, com capital social subscrito de R\$ 500,00 (quinhentos reais), representado por 500 (quinhentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo R\$ 200,00 (duzentos reais) já integralizados, conforme apontado na Nota 1.2.

Em 31 de março de 2021, o capital social é de R\$ 673.588, dividido em 673.588.232 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, resultado da integralização realizada pela Controladora, na Companhia, representado por ativos e passivos.

As ações de emissão da Companhia são exclusivamente ordinárias e têm a forma nominativa, escritural e sem valor nominal.

Notas Explicativas

Fica assegurado aos acionistas, na proporção das ações de que forem titulares, direito de preferência para subscrição de aumentos de capital.

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social nas demonstrações financeiras consolidadas é representado pelo capital social da TS Brasil, conforme divulgado nas Notas 2 e 3.2 (b).

17.2 Destinação dos lucros

O lucro líquido do exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, terá a seguinte destinação:

- 5% serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.
- 25% do lucro líquido de cada exercício será distribuído como dividendos obrigatórios, nos termos do artigo 202, da Lei nº 6.404/76.

Caso, após as deduções previstas acima, ainda haja saldo, ele ficará à disposição da Assembleia para destinação.

18 Instrumentos financeiros

18.1 Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia e sua controlada TS Brasil, estão expostas a riscos, tais como riscos de mercado que inclui o preço das *commodities*, câmbio, liquidez e de crédito. Em 31 de março de 2021 a Companhia conta com o apoio da estrutura de Governança Corporativa da TESA para monitoramento desses riscos utilizando-se instrumentos de gestão e políticas definidas pelo Conselho de Administração.

18.2 Gestão de risco de capital

A TESA administra o capital da Companhia, para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que procura maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada por capital próprio e de terceiros.

A Administração da TESA revisa anualmente a sua estrutura de capital, que inclui a Companhia, considerando as determinações de cláusulas de covenants das operações de empréstimos e financiamentos registrados na Terra Santa Agro S.A. e TS Brasil S.A. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

18.3 Principais políticas contábeis

Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério para reconhecimento, a base para mensuração e a base na qual as receitas e despesas são reconhecidas no resultado em relação a cada classe de instrumentos financeiros, estão referenciados na Nota 2.

Notas Explicativas

18.4 Categoria de instrumentos financeiros

Classificação	Controladora		Consolidado
	31 de março de 2021	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	1.816	34.198
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	4.478	5
Títulos a receber	Custo amortizado	398	398
Depósitos judiciais	Custo amortizado	19	19
		<u>6.711</u>	<u>34.620</u>
Passivo			
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	125.479	128.380
Tributos parcelados	Custo amortizado	692	3.543
Títulos a pagar	Custo amortizado	414	414
		<u>125.479</u>	<u>129.486</u>
		<u>129.486</u>	<u>3.957</u>

18.5 Classificação e metodologia de apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, outros ativos, contas a pagar aos fornecedores, títulos a pagar e mútuos pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber e títulos a receber, se aproximam de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares e se aproximam de seus valores contábeis.

A Companhia aplica o Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo. Em 31 de março de 2021 a Companhia e sua controlada não mantêm instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

18.6 Gerenciamento de risco financeiro

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de câmbio. Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos do Grupo, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras intermediárias.

18.7 Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração, assessorado pelo Comitê de Auditoria, bem como pelo Comitê Estratégico Financeiro, todos esses da Terra Santa Agro S.A., tem responsabilidade e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

Os riscos operacionais da Companhia são avaliados pela auditoria interna da Terra Santa Agro S.A., a qual se reporta diretamente ao Comitê de Auditoria da Terra Santa Agro S.A., órgão que tem por objetivo supervisionar e estabelecer as diretrizes a serem seguidas pela auditoria interna da Terra Santa Agro S.A.

Notas Explicativas

Do ponto de vista dos riscos financeiros, foi criado o Comitê Operacional de Riscos da Terra Santa Agro S.A., órgão não estatutário e composto pela diretoria da TESA, com o objetivo de monitorar e administrar os riscos de exposição ao câmbio, taxas de juros, crédito e as *commodities* agrícolas, bem como tomar as medidas necessárias com o objetivo de diminuir as exposições.

Os principais riscos de mercado a que o Grupo está exposto na condução das suas atividades são:

(i) **Risco de crédito**

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, o Grupo utiliza instituições financeiras de primeira linha.

A Administração mantém procedimentos de cobrança de clientes, conforme segue:

- (a) Créditos vencidos acima de 30 (trinta) dias: Efetuar notificação extrajudicial, informando antecipadamente a contraparte quanto a inclusão nos cadastros de restrição ao crédito.
- (b) Cadastramento em órgão de restrição ao crédito: A contraparte será incluída no cadastro de restrição ao crédito após 30 dias decorridos da confirmação do recebimento da notificação extrajudicial.
- (c) Créditos vencidos acima de noventa dias: Será realizada cobrança judicial, reunindo todos os documentos referentes à operação da negociação realizada.

O Grupo efetua a análise individual dos clientes para a constituição da provisão para perdas de crédito esperadas, estabelecendo uma matriz de provisão que é baseada em seu histórico de perdas de crédito, ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico na qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada ao recebível.

Parcela substancial das vendas do Grupo é destinada a Terra Santa Agro S.A. e para clientes seletos e altamente qualificados, principalmente *trading companies*.

A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas de contas a receber de clientes e títulos a receber do Grupo em 31 de março de 2021:

<u>Nível</u>	<u>Rating</u>	<u>Taxa</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Provisão</u>
Contas a receber de clientes				
Risco baixo	A	0,1%		
Risco razoável	B	0,5%	4.500	(22)
Duvidoso	C	10,0%		
Perda	D	100,0%	<u>196</u>	<u>(196)</u>
			4.696	(218)
Títulos a receber				
Risco baixo	A	0,1%		
Risco razoável	B	0,5%	400	(2)
Duvidoso	C	10,0%		
Perda	D	100,0%	<u>20</u>	<u>(20)</u>
			<u>420</u>	<u>(22)</u>
			<u>5.116</u>	<u>(240)</u>

A Administração entende que o perfil de sua carteira de clientes não expõe o Grupo a riscos significativos de crédito. O Grupo considera o saldo de contas a receber de clientes e títulos a receber como exposto a este risco. Em 31 de março de 2021, o saldo é de R\$ 5.116 (R\$ 622 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas

(ii) Gerenciamento do risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na Administração da liquidez é de garantir e, na medida do possível, que sempre terão liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação.

O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos e financiamentos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

No período findo em 31 de março de 2021, o Grupo não possuía linhas de créditos contratadas, porém possui linhas de créditos disponíveis que podem ser contratadas, caso seja necessário. As tabelas abaixo analisam os passivos financeiros do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Controladora	Consolidado
	Menos de um	Menos de um
	ano	ano
Em 31 de março de 2021		
Empréstimos e financiamentos	125.479	128.380
Títulos a pagar		414
	<u>125.479</u>	<u>128.794</u>

(iii) Risco de taxa de câmbio

O Grupo possui passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço em 31 de março de 2021. O Grupo, através de sua controladora Terra Santa Agro S/A., contrata derivativos para reduzir a exposição ao risco de mudança na taxa de câmbio. Assim, o referido risco de câmbio é calculado levando-se em consideração os seguintes aspectos: (i) o impacto nas contas do balanço que são indexadas a moeda estrangeira; e (ii) o impacto no fluxo de caixa das entradas e saídas de fluxo financeiro indexados à moeda estrangeira.

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

Para fins de análise de sensibilidade, a Administração adotou como cenário I (provável) a taxa de mercado futuro vigente na data-base de elaboração destas demonstrações financeiras, para o cenário II (possível) esta taxa foi corrigida em 25% e para o cenário III (remoto) em 50%.

Descrição	Saldos em 2021 em US\$ mil	Cenário I - Provável		Cenário II - Possível		Cenário III - Remoto	
		Taxa	R\$ ganho (perda)	Taxa	R\$ ganho (perda)	Taxa	R\$ ganho (perda)
Passivos							
Empréstimos e financiamentos	11.918	5,8585375	(1.925)	7,3232	(17.455)	8,7878	(34.911)
Efeito líquido no resultado			<u>(1.925)</u>		<u>(17.455)</u>		<u>(34.911)</u>

(*) A taxa de conversão (R\$ 5,8585375 para US\$ 1,00) utilizada nas tabelas de sensibilidade como cenário provável para os próximos 12 meses foi obtida na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros na data base de 31 de março de 2021.

(v) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Em 31 de março de 2021, o Grupo mantinha o saldo de caixa e equivalentes de caixa mensurado ao custo amortizado. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos financeiros representados por contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores substancialmente com vencimento em curto prazo. No entendimento da Administração devido a essas características o valor justo destes instrumentos é

Notas Explicativas

próximo aos saldos contábeis.

(vi) **Risco dos preços das commodities**

O Grupo em parceria com a Terra Santa Agro S.A. produz e comercializa soja, milho, girassol e derivados de algodão (caroço e pluma), produtos esses caracterizados como *commodities* agrícolas e oriundos de produção própria.

As *commodities* são negociadas no Brasil e no exterior e possibilitam a adoção de ferramentas de proteção de preços. A maior parte da proteção contra a variação dos preços das *commodities* é realizada através de vendas antecipadas diretamente aos clientes com entrega física.

O Grupo gerencia o risco de exposição a *commodities*, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos.

19 **Receita líquida de vendas (Consolidado)**

	31 de março de 2021	31 de março de 2020 (Não auditado)
Receita bruta de vendas	4.500	2.121
Deduções de vendas		
Devoluções e abatimentos		(215)
Impostos sobre vendas		(121)
Total das deduções de vendas		(336)
Receita líquida de vendas	<u>4.500</u>	<u>1.785</u>

Conforme Nota 3.2 (a), a receita é apurada com a venda dos produtos agrícolas pelo Grupo em operação de parceria agrícola.

O Grupo apresenta a receita líquida de vendas e serviços obtida na comercialização de seus produtos no mercado interno.

Notas Explicativas

O detalhamento da receita líquida de vendas por produto é apresentada a seguir:

	31 de março de 2021	31 de março de 2020 (Não auditado)
Soja	4.500	1.040
Madeira		745
Receita líquida de vendas e serviços	<u>4.500</u>	<u>1.785</u>

20 Despesas por natureza

Apresentamos a seguir, segregação por natureza, dos custos e das despesas apresentadas na demonstração do resultado de acordo com sua função:

	31 de março de 2021	31 de março de 2020 (Não auditado)
Custos variáveis e gastos indiretos de produção	(60)	(3)
Variação do valor justo dos produtos agrícolas	33.692	41.730
Despesas com pessoal	(20)	(36)
Manutenções, reparos e serviços de terceiros	(161)	(84)
Depreciações e amortizações	(417)	(292)
Resultado na venda e baixas de bens do imobilizado	(28)	
Perda por redução ao valor recuperável de recebíveis	(21)	(188)
Perda (reversão) de ativos	(483)	1.943
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>2.775</u>	<u>(187)</u>
	<u>35.277</u>	<u>42.883</u>

Tais valores estão apresentados na demonstração do resultado do exercício nas seguintes rubricas:

	31 de março de 2021	31 de março de 2020 (Não auditado)
Custo dos produtos vendidos	(65)	(39)
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	33.692	41.730
Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem	(651)	(572)
Outras receitas operacionais	<u>(477)</u>	<u>1.764</u>
	<u>32.499</u>	<u>42.883</u>

Notas Explicativas

21 Resultado financeiro

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de março de 2021</u>	<u>31 de março de 2021</u>	<u>31 de março de 2020</u>
			(Não auditado)
Receitas financeiras			
Rendimentos de aplicações financeiras		15	
Juros ativos		206	5.627
Variações monetárias ativas			337
Descontos obtidos			3
		<u>221</u>	<u>5.967</u>
Despesas financeiras			
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.081)	(1.095)	
Juros passivos e multa de mora	(76)	(4)	(36)
Variações monetárias passivas			(338)
Outras despesas	(2)	(5)	(4)
	<u>(1.159)</u>	<u>(1.104)</u>	<u>(378)</u>
Variações cambiais, líquidas			
Variações cambiais passivas	(1.880)	(1.880)	
	<u>(1.880)</u>	<u>(1.880)</u>	
Resultado financeiro	<u>(3.039)</u>	<u>(2.763)</u>	<u>5.589</u>

22 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa (Consolidado)

A seguir relacionamos as transações no período que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

	<u>31 de março de 2021</u>	<u>31 de março de 2020</u>
		(Não auditado)
Compensação de tributos a recolher com saldos a recuperar	488	936
Integralização de capital (Nota 1.2)	673.588	
Dividendos liquidado com operação de mútuo	(7.046)	
Aquisição de imobilizado liquidado com operação de mútuo	(41.432)	
Aquisição de propriedade para investimento liquidada com operação de mútuo	(9.763)	

23 Resultado por ação (Controladora)

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período (Nota 17).

Notas Explicativas

A tabela a seguir reconcilia o resultado e a média ponderada do valor por ação utilizado para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

	31 de março de 2021
Lucro utilizado na apuração do Prejuízo básico e diluído por ação	23.399
Quantidade de ações no exercício (milhares) - média ponderada do exercício	8.420
Lucro por ação - básico e diluído (R\$)	<u>2,7790</u>

24 Compromissos

24.1 Vendas futuras

Em 31 de março de 2021, a controlada TS Brasil S.A., possui contrato de parceria agrícola mantida com a Terra Santa Agro S.A., com vencimento em 2024. A TS Brasil cede para exploração 39.326 hectares úteis (39.326 hectares em 2019 e em 2018), com as culturas de soja, milho e algodão, contemplando uma participação em 2020, 2019 e 2018 de 25% da produção bruta para grãos e 13% para algodão em pluma, a qual é liquidada conforme o cronograma de colheitas efetuadas.

25 Informação por segmento

A Administração do Grupo definiu o segmento de parceria agrícola e comercialização de produtos agrícolas, por meio da TS Brasil, como o único segmento operacional, essa definição foi baseada na forma que a Diretoria Executiva e Conselho de Administração da TESA visualiza as operações do Grupo, em 31 de março de 2021, os membros da Governança Corporativa da TESA são os principais tomadores de decisões operacionais e estratégicas do Grupo. As metas e avaliações de desempenho são definidas e acompanhadas considerando o segmento como um todo.

O segmento de parceria agrícola e comercialização, abrange, principalmente, o arrendamento de terras para produção de *commodities* agrícolas.

O principal cliente do Grupo é a Terra Santa Agro S.A., que individualmente representou 100% das vendas no período findo em 31 de março de 2021 (em 31 de março de 2020 representaram 58%).

26 Impacto do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações financeiras intermediárias

O exercício de 2020 e o primeiro trimestre de 2021 trouxeram consigo um grande desafio causado pela pandemia ocasionada pelo novo Coronavírus (Covid-19), trazendo sérios impactos na economia global e nos mercados financeiros.

No referido período, a desvalorização cambial afetou as informações financeiras intermediárias da Companhia, impactando de forma positiva o lucro operacional e prejudicando o resultado financeiro.

Adicionalmente, os saldos de ativos e passivos relacionados com o dólar foram aumentados, tais como clientes, estoques de produtos agrícolas e empréstimos e financiamentos.

Dentro deste novo contexto, o agronegócio é um dos setores menos impactados até o momento. No curto prazo, a administração espera impactos negativos relacionados a atrasos nos embarques de suas mercadorias, com a conseqüente postergação do fluxo de caixa dos seus recebíveis, sem, contudo, afetar a liquidez da Companhia. Nesse exercício de 2020, a Companhia não teve situação de renegociação de recebíveis por parte dos clientes e não identificou indicadores que pudessem aumentar o risco de não recebimento de seus ativos financeiros. Ademais, não houve qualquer redução nos níveis de atividade da Companhia e a produção agrícola continua ocorrendo normalmente nas suas unidades operacionais.

A desvalorização do real frente ao dólar estadunidense, provocada pela crise, foi superior à queda inicial nos preços das *commodities* que a Companhia opera, resultando em um resultado maior do que o

Notas Explicativas

esperado para as vendas de algodão e milho da safra 19/20 e 20/21, que ainda não estão 100% comercializados, e um lucro esperado (que vem sendo capturando via fixação de preços) superior ao pré-Covid para todas as culturas.

* * *

José Humberto Prata Teodoro Júnior
Diretor Presidente, Financeiro e de Relação com Investidores

Marcelo Lambrecht
Diretor e Contador

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
TS Agro S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias individuais da TS Agro S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações intermediárias do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da TS Agro S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações intermediárias consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TS Agro S.A. e da TS Agro S.A. e sua controlada em 31 de março de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de três meses findo nessa data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reemissão das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Chamamos a atenção para a Nota 2 (c) às demonstrações financeiras, que descreve a atualização e reemissão das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas devido a intenção da Companhia de se registrar no Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) (Nota 1.2). Emitimos nosso relatório do auditor independente original com data de 12 de maio de 2021 sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, sem modificação. Devido a essa atualização e reemissão, estamos emitindo novo relatório do auditor independente sobre as novas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas do período findo em 31 de março de 2021 preparadas pela administração da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase - Demonstrações financeiras comparativas

Chamamos atenção para as Notas 1.2 e 2 às demonstrações financeiras intermediárias, que descrevem que as demonstrações financeiras correspondentes ao exercício anterior acima referidas, que estão sendo apresentadas de forma comparativa, referem-se às demonstrações financeiras da TS Brasil S.A., integralizada na Companhia em 31 de março de 2021 no contexto da reorganização de capital da controladora comum Terra Santa Agro S.A. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase - Transações com parte relacionada

Chamamos atenção para a Nota 10 às demonstrações financeiras intermediárias, que descrevem que a Companhia mantém saldos e transações em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias no contexto da reorganização de capital da sua controladora

Conforme descrito nas Notas 1.2, 2 e 3.2 (b) às demonstrações financeiras intermediárias, a constituição da Companhia é parte da reorganização de capital da Terra Santa Agro S.A. ("Controladora") e, portanto, foi avaliada fora do escopo da norma CPC 15 (R1)/

IFRS 3 – Combinação de Negócio, por entender que a transação está sendo realizada sob controle comum, bem como considerando que a Companhia não se caracteriza como um negócio, mas como uma sociedade intermediária entre a Controladora e a TS Brasil S.A.

Dessa forma, as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o período de três meses findo em 31 de março de 2021 foram preparadas e estão sendo apresentadas como se a Companhia já existisse desde o início do período, apesar de ter recebido as ações do capital da TS Brasil S.A. em 31 de março de 2021.

Consideramos essa área como de foco na auditoria devido ao nível de julgamento envolvido na determinação dessa transação como uma reorganização de capital e, conseqüentemente, na determinação da forma de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia para o período de três meses findo em 31 de março de 2021.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento dos processos estabelecidos pela administração na avaliação da não aplicação do CPC 15 (R1)/IFRS 3 - Combinação de Negócios.

Realizamos a leitura dos atos societários pertinentes à reorganização de capital para avaliarmos se a base de preparação utilizada pela administração para a elaboração das demonstrações financeiras intermediárias está de acordo com a interpretação da referida norma contábil.

Avaliamos a adequação das divulgações sobre a natureza e os efeitos dessa transação nas demonstrações financeiras intermediárias, inclusive na determinação do período de resultado a ser apresentado nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos da administração para determinar a base de preparação e os efeitos dessa transação nas demonstrações financeiras intermediárias são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Valores correspondentes
ao período anterior

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes as informações financeiras do período de três meses findo em 31 de março de 2020, apresentadas para fins comparativos, e, conseqüentemente, não emitimos opinião sobre elas.

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações intermediárias individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações intermediárias do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das

operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de junho de 2021

PricewaterhouseCoopers Luis Fernando de Souza Maranhã
Auditores Independentes Contador CRC 1SP201527/O-5
CRC 2SP000160/O-5

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da TS Agro S.A., no exercício das suas atribuições e responsabilidades, examinaram as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março 2021 e, com base nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando, ainda, o relatório de auditoria, sem ressalvas, emitido pela PwC Auditores Independentes, concluem que os documentos acima, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, e recomendam, por unanimidade, a aprovação de tais documentos pelo Conselho de Administração.

São Paulo/SP, 15 de junho de 2021

Tereza Cristina Grossi Togni
Coordenadora do Comitê

Marcos Reinaldo Severino Peters
Membro do Comitê

Emilio Humberto Carazzai Sobrinho
Membro do Comitê

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AOS INCISOS V e VI do ART. 25 DA INSTRUÇÃO CVM. N. 480/09.

Os Diretores da TS Agro S.A., sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede administrativa na cidade de São Paulo - SP, Praça General Gentil Falcão, 108, Cj. 81, Sala 04, 8º andar, Bairro Cidade Monções e inscrita no CNPJ/MF sob o n. 40.337.136/0001-06, declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela PwC Auditores Independentes e (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas do período de três meses findo em 31 de março de 2021, em cumprimento ao art. 25, incisos V e VI da Instrução CVM n. 480/09.

São Paulo, 15 de junho de 2021.

José Humberto Prata Teodoro Júnior
Diretor Presidente, Financeiro e de Relação com Investidores

Marcelo Lambrecht
Diretor e Contador

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AOS INCISOS V e VI do ART. 25 DA INSTRUÇÃO CVM. N. 480/09.

Os Diretores da TS Agro S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão, 108, cj 81 – Cidade Monções, CEP. 04571-150 e inscrita no CNPJ/MF sob o n. 40.337.136/0001-06, declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e (ii) reviram, discutiram e concordam com formulário de informações trimestrais – ITR de 31 de Março de 2021, em cumprimento ao art. 25, incisos V e VI da Instrução CVM n. 480/09.

São Paulo, 15 de junho de 2021.

José Humberto Prata Teodoro Júnior
Diretor Presidente, Financeiro e de Relação com Investidores

Marcelo Lambrecht
Diretor e Contador